



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS **SEMANA NACIONAL DE CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - 2020**

INSERÇÃO DA DOENÇA FALCIFORME NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS ENFERMEIRAS DO ESTADO DA BAHIA

Soliande Rocha Almeida¹; Alessandra de Almeida Pereira²; Silvone Santa Barbara da Silva³

1. Bolsista PROBIC/UEFS, Graduando em Enfermagem, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: solalmeida2@outlook.com
2. Orientador, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: silvone.santanabarbara@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Anemia Falciforme; Avaliação em saúde; Educação em Enfermagem

INTRODUÇÃO

A doença falciforme é uma patologia hereditária comum no Brasil. O termo doença falciforme se refere a um conjunto de doenças de origem genética em que predomina a presença da hemoglobina S (Hb S). As formas mais frequentes da doença são a anemia falciforme, as betatalassemias e as duplas heterozigoses. Destas, a anemia falciforme (forma homozigota para a Hb S) é a forma mais grave da doença (VALÊNCIO; DOMINGOS, 2016).

Por ser o estado brasileiro que possui a maior concentração da população negra, a Bahia é o lugar que tem a maior prevalência da doença falciforme, onde são registrados 40 novos casos por mês e 60 novos casos por ano. Em conformidade com dados da Associação Baiana das Pessoas com Doença Falciforme, em 2011 existiam 270 mil pessoas com a mutação que causa a doença na Bahia (RAMOS, 2015).

Devido à alta prevalência da doença falciforme e do seu forte impacto na vida do indivíduo e sua família, pelas limitações que a doença traz no cotidiano e pela mudança no estilo de vida, ela é considerada como um problema de saúde pública (CARVALHO; XAVIER, 2017).

Diante ao exposto, entendemos o quanto é necessária uma relação multiprofissional com pessoas que possuem o diagnóstico de Doença Falciforme, de modo a proporcionar melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, aumentar as chances de melhor prognóstico. Os profissionais de saúde devem buscar conhecer a

condição emocional e funcional das pessoas com Doença Falciforme, buscando desenvolver ações terapêuticas que impactem nos aspectos que interferem de forma negativa na qualidade de vida dessas pessoas (LIMA, et.al 2019).

Ainda que seja um grande problema de saúde pública, compreendemos que a doença falciforme, em decorrência do racismo estrutural, ainda é pouco ou quase não é abordada nos componentes curriculares dos cursos de saúde. Diante do exposto, este estudo objetivou avaliar os componentes curriculares dos cursos de enfermagem, em instituições públicas da Bahia, no que se refere à abordagem as pessoas com doença falciforme.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo avaliativo de abordagem quantitativa. Foram analisados os projetos pedagógicos das Universidades Públicas e Estaduais da Bahia, que ofertam o curso de enfermagem, que de acordo com o Ministério da Educação (MEC) são: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Foram coletados os projetos pedagógicos dos cursos e as ementas das disciplinas obrigatórias e optativas disponíveis nas páginas oficiais das instituições participantes do estudo, identificando se os componentes curriculares de tais Universidades contemplam a abordagem étnico-racial, especificamente relacionada à doença falciforme.

Este plano de Iniciação Científica (IC) está vinculado a um projeto maior denominado “Avaliação da Atenção à Saúde da População Negra e a Intersecção do Racismo sobre as Práticas de Cuidado em Estados do Nordeste e do Sudeste Brasileiro”, sob o parecer nº 2.124.018.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em decorrência das iniquidades sofridas pela população negra e das disparidades no quesito condições de saúde, agravadas na maioria das vezes pela discriminação racial sofrida nas diversas instituições, a saúde da população negra tem sido objetivo de políticas no Brasil. No dia 10 de novembro de 2006, através da Portaria n. 992 de 13 de maio de 2009, foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

(PNSIPN) com o objetivo de promover a equidade em saúde da população negra, Gomes et al. (2017). Foi possível caracterizar 06 Universidades públicas existentes aqui na Bahia, e que oferecem o curso de enfermagem.

Tabela 1: Caracterização das Universidades Públicas da Bahia. Feira de Santana, BA, 2020.

Universidade	Titulação do Curso	Duração	Turno	Carga Horária Total
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)	Bacharelado em Enfermagem	10 semestres	Integral	4500 horas
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)	Bacharelado em Enfermagem	10 semestres	Diurno	4160 horas
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)	Bacharelado em Enfermagem Obstétrica	09 semestres	Diurno	4415 horas
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)	Bacharelado em Enfermagem	10 semestres	Diurno	4820 horas
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Bacharelado em Enfermagem	10 semestres	Matutino	4590 horas
Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)	Bacharelado em Enfermagem	11 semestres	Diurno	4590 horas

Fonte: banco de dados das Universidades Públicas da Bahia no ano de 2020.

A produção do conhecimento científico acerca da temática, é importante, pois são esses estudos que orientam a prática assistencial, contribuindo para o melhor atendimento das necessidades em saúde da população, reduzindo dessa forma as iniquidades em saúde sofridas pela população negra.

Das seis Universidades analisadas apenas duas abordam questões étnico-raciais em seus componentes curriculares, sendo elas a UFBA e a UFRB como pode ser visto a seguir:

Fundamentos de Enfermagem no Cuidado em Saúde Coletiva – ENFA89:

(...) Discute e desenvolve ações de promoção, prevenção, controle e reabilitação dos principais agravos de saúde da população, orientadas pela perspectiva da integralidade, gênero, raça/ etnia e geração (Projeto Pedagógico- UFBA, P. 65).

Violência Doméstica como Objeto da Saúde – ENFB10:

Aborda a violência doméstica nos seus aspectos epidemiológicos e o comprometimento para a saúde relacionando as categorias: gênero, raça e geração (...) (Projeto Pedagógico- UFBA, p. 73).

Introdução ao Estudo de Gênero, Raça/Etnia na saúde – ENFB11:

Aborda questões relativas á saúde e diversidade social, em especial as relações de gênero e raça/etnia predominantes na sociedade brasileira atual; consciência de gênero e étnico-racial; estereótipos, preconceitos e discriminação de gênero e étnico-raciais; feminismo e construção do conhecimento na enfermagem; metodologias feministas para o cuidado de enfermagem/saúde (Projeto Pedagógico- UFBA, p.74).

Enfermagem na Atenção à Saúde da Mulher:

(...) Evolução das Políticas Públicas e organização dos serviços de atenção à saúde da mulher, nos diversos contextos histórico, político e econômico. Atenção Integral à Saúde da Mulher: aspectos sociais, culturais, de gênero, raça/etnia, idade e sexualidade. (...) (Projeto Pedagógico- UFRB, p. 54).

Podemos destacar que no que tange a doença falciforme, dos projetos pedagógicos analisados, não existe um componente curricular específico que trate temática durante o processo de formação das enfermeiras. O que as disciplinas abordam é a raça como fator determinante das condições de saúde.

Dessa forma, os resultados apontam o quanto é invisível a doença falciforme, como problema de saúde pública, na formação das enfermeiras. Não é objeto deste estudo aprofundar a discussão sobre o racismo estrutural, no entanto, a evidência encontrada neste estudo, revela um elemento de análise que pode ser aprofundado trazendo para a discussão o modelo de atenção á saúde predominantemente biologicista, que aprofunda as iniquidades sociais, por não reconhecer a determinação social no processo saúde-doença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados deste estudo revelam que as seis universidades estudadas, quanto a abordagem étnico racial, especificamente a doença falciforme, no processo de formação das enfermeiras, apenas duas trazem tal temática em seus componentes curriculares, sendo que destas, uma o aborda apenas em um componente curricular optativo.

Entendemos que a discussão sobre a doença falciforme precisa fazer parte do processo de formação das enfermeiras tendo em vista a sua alta prevalência e o seu forte

impacto na vida do indivíduo e sua família, além disso, pelas limitações em decorrência da doença, o qual afeta o cotidiano e mudança no estilo de vida.

Muito embora, não seja a intenção no aprofundamento dos temas, essa escassez e/ou inexistência de componentes curriculares que trabalham com a saúde da população negra, reflete o racismo estrutural, o qual invisibiliza a situação de vulnerabilidade em que essa população é exposta.

REFERÊNCIAS –

CARVALHO, E. S. S; XAVIER, A. S. G. 2017. OLHARES SOBRE O ADOECIMENTO CRÔNICO: representações e práticas de cuidado às pessoas com doença falciforme. Feira de Santana: UEFS Editora.

GOMES, I. C. R; et al. 2017. Implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra na Bahia. Revista Baiana de Enfermagem. v. 31, n. 2.

RAMOS, J. T et al. 2015. Mortalidade por doença falciforme em estado do nordeste brasileiro. Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro. V. 5, n. 2, p. 1604-1612.

VALÊNCIO, L. F. S; DOMINGOS, C. R. B. 2016. O processo de consentimento livre e esclarecido nas pesquisas em doença falciforme. Revista Bioética. V. 24, n. 3, p. 469-477.